

Instituto Federal de Goiás
Pró-Reitoria de Ensino
Diretoria de Educação a Distância

VAI DAR AULAS ON-LINE? **CONHEÇA OS** **FUNDAMENTOS DA EAD**

AUTORA

Cleiliane Sisi Peixoto



Autora

Cleiliane Sisi Peixoto

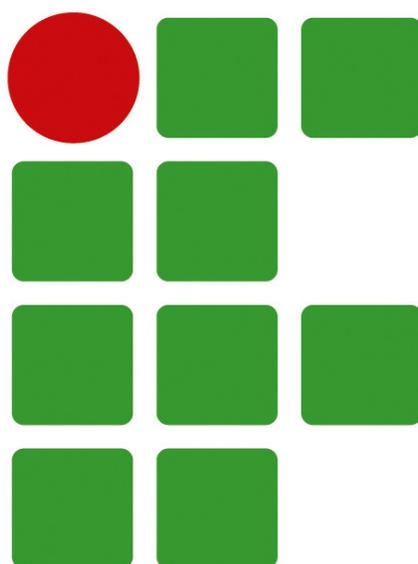
Apoio técnico e pedagógico

Milton Ferreira de Azara Filho

Rebeca Elster Rubim

Felippe Guimarães Maciel

Cláudia Caetano Gonçalves Mendes Lima

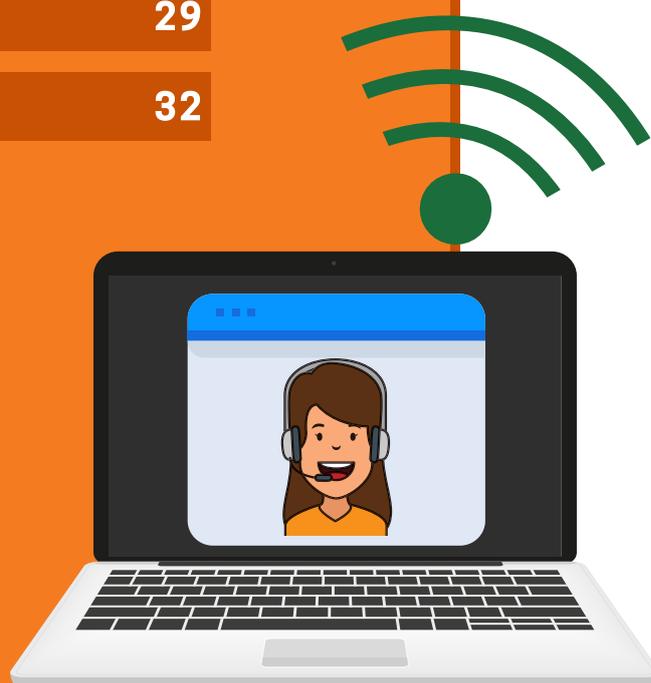


**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiás

Dezembro de 2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
EAD: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS	5
BASES LEGAIS DA EAD NO BRASIL	11
BREVE HISTÓRICO DA EAD NO BRASIL	13
DOCÊNCIA ONLINE	18
A CULTURA DIGITAL E A SUA INTEGRAÇÃO NA EDUCAÇÃO FORMAL	18
PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DA DOCÊNCIA ONLINE	20
A MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA NA EDUCAÇÃO ONLINE	22
A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO ONLINE	23
RECURSOS E ATIVIDADES DO MOODLE PARA A MEDIAÇÃO DOCENTE	24
REFERÊNCIAS	29
FICHA TÉCNICA	32



Apresentação



Você já fez ou ministrou algum curso na modalidade a distância?

A EaD, sigla que representa Educação a Distância, é a modalidade de educação que vem sendo muito utilizada nos dias atuais na educação básica, educação superior e cursos livres, devido ao acentuado uso da internet e das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs).

Ela tem bases legais no Brasil e possibilita aos estudantes estudarem no local e no horário em que puderem, conforme o estilo e o ritmo de aprendizagem de cada um. Se você pretende conhecer um pouco mais sobre essa modalidade de educação tão difundida atualmente, este material contribuirá com os seus conhecimentos, pois tem o objetivo de abordar o conceito e as especificidades que definem a EaD, além de apresentar as bases legais que regulamentam a sua aplicação, a sua trajetória histórica no Brasil e os princípios pedagógicos que regem o trabalho educativo na docência online.

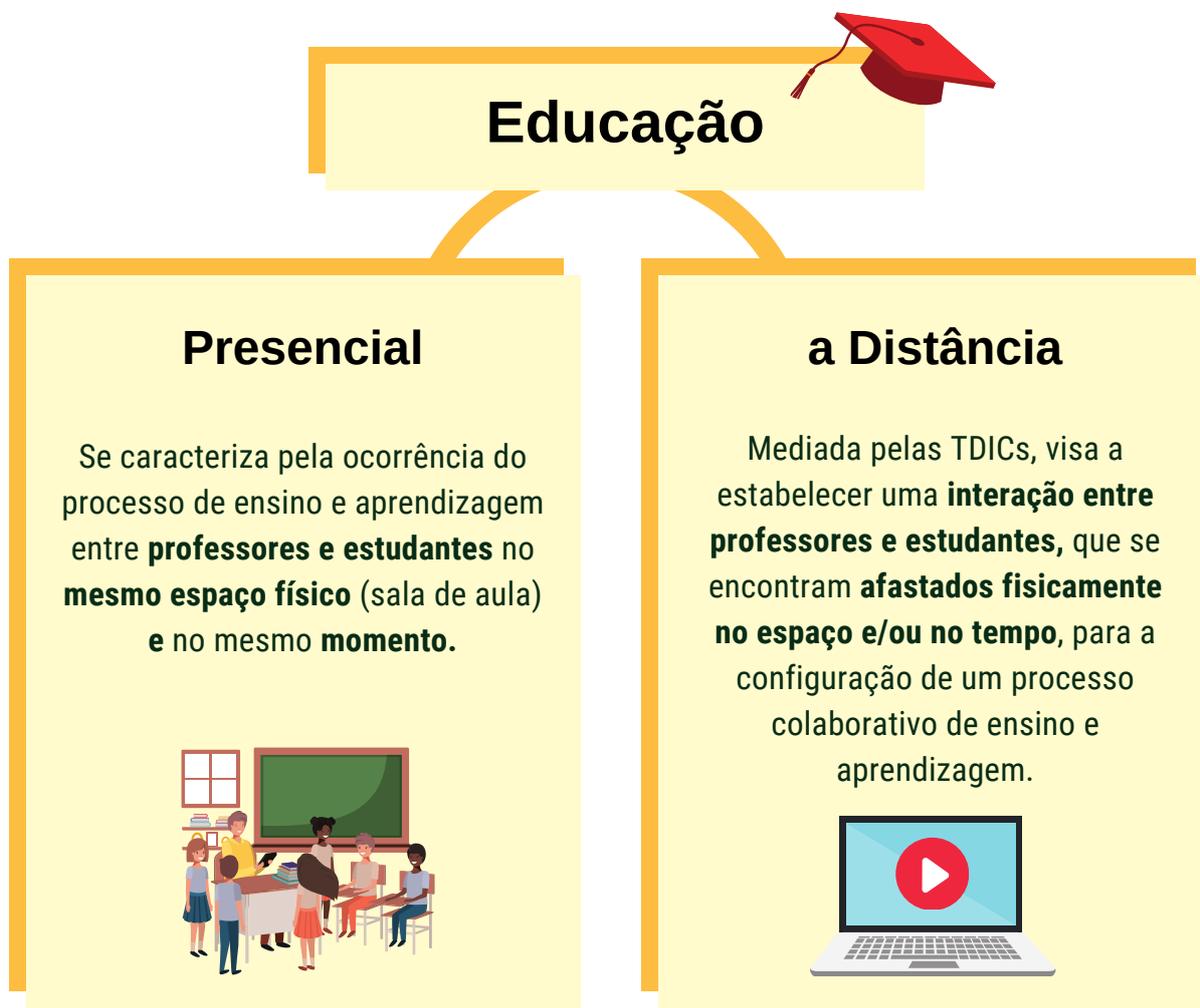
Nosso estudo está organizado em quatro tópicos:

- **EaD: conceito e características:** discute o conceito de EaD e apresenta as suas características;
- **Bases legais da EaD no Brasil:** destaca as principais leis, decretos e resoluções que conferem legalidade à EaD;
- **Breve histórico da EaD no Brasil:** traz um resumo dos principais acontecimentos que marcaram a EaD no nosso país, desde a sua mediação por correspondências até o uso intensivo da internet e das tecnologias digitais nos dias atuais;
- **Docência online:** aborda a cultura digital contemporânea e a sua integração no trabalho educativo, e ainda discute o arranjo pedagógico que subsidia o trabalho na EaD.

E então, vamos conhecer um pouco sobre os fundamentos da EaD? Sigamos adiante e **bons estudos!**

EaD: conceito e características

Atualmente, há duas modalidades de educação:



Antes de partirmos para as especificidades da EaD, que tal refletirmos um pouco sobre o ponto de encontro entre as duas modalidades?

É importante lembrar que a prática educativa, seja ela desenvolvida de maneira presencial ou a distância, deve ser planejada a partir de elementos comuns que constituem o trabalho pedagógico, como: **para que ensinamos? O que ensinamos? Como se ensina? Para quem? Em que condições se aprende?**

A EaD não se opõe à modalidade presencial, mas requer mudanças pedagógicas, didáticas e organizacionais para que os objetivos educacionais sejam alcançados.



Você sabia que alguns termos como Aprendizagem Aberta, Aprendizagem Aberta e a Distância e Educação Online são muitas vezes empregados como sinônimos de EaD? **Mas não são...**

Aprendizagem Aberta não significa separação entre professor/estudante, como na EaD; ela está mais ligada a critérios de abertura, relacionados a acesso, lugar e ritmo de estudos. Por isso, ela se relaciona mais aos aspectos da aprendizagem, e não às estratégias voltadas ao ensino, como a EaD;

Aprendizagem Aberta e a Distância tem a ver com flexibilidade, abertura dos sistemas e maior autonomia do estudante. Assim, a Aprendizagem Aberta e a Aprendizagem Aberta e a Distância se complementam, segundo a concepção de aprendizagem que se pretende desenvolver;

Educação Online diz respeito necessariamente ao uso de artefatos técnicos, como computadores, celulares, internet, pequenas redes locais, entre outros, para a viabilização do ensino pelo professor e o alcance da aprendizagem pelo estudante. Por isso, representa parte do que é um processo educativo a distância (mediado pelas tecnologias digitais).

O ato de ensinar e aprender a distância com o uso intensivo de tecnologias digitais tem se mostrado uma prática social cada vez mais presente no campo da educação. Com isso, cada vez mais, temos visto o uso da expressão Educação Online para se referir ao processo formativo a distância. Contudo, a definição de EaD deve ir além do aparato tecnológico empregado.

Além do **processo tecnológico**, Guarezi e Matos (2012) apontam ainda como características da EaD a **autonomia** e a **comunicação**. Vamos conhecer a definição de cada uma delas?

A **autonomia** diz respeito à possibilidade de o estudante definir o local e o seu horário de estudo, de acordo com o seu ritmo e metodologia de aprendizado, mediante materiais didáticos que contribuam para que a aprendizagem aconteça.

A **comunicação** é necessária para a interação entre professores e estudantes. Ela se estabelece por meio do uso de ferramentas diversas e pode ocorrer de dois modos:

Síncrono

professores e estudantes se encontram **fisicamente separados** no espaço, **mas conectados ao mesmo tempo**, mediante o uso de ferramentas, tais quais: chats, fóruns, WhatsApp, webconferências, telefone, etc.;

Assíncrono

professores e estudantes estão **separados fisicamente no espaço e no tempo**, valendo-se do uso de mensagens eletrônicas via e-mail, etc.

Estas formas de comunicação possibilitadas pela EaD contribuem para a expansão da educação de modo tal que permitem atender um número maior de estudantes de diversas regiões (Costa, 2017).

A **tecnologia** abrange o uso de smartphones, computadores, laptops, internet, entre outros dispositivos tecnológicos pelos quais professores e estudantes podem se comunicar para a configuração do processo colaborativo de ensino e aprendizagem.

Além disso, tem possibilitado a ampliação das estratégias de ensino, por meio de jogos, animações, simuladores, realidade aumentada, vídeos, aplicativos educativos, dentre outros.

No contexto contemporâneo, graças ao avanço e à expansão da internet e das TDICs, a EaD tem se tornado uma modalidade de educação cada vez mais utilizada na Educação Básica (na Educação de Jovens e Adultos e na educação profissional técnica de nível médio), na Educação Superior e nos cursos livres.

Confira os **níveis e as modalidades** de ensino que a **EaD pode ofertar**. 

Art. 2º, Decreto MEC nº 5.622/2005

- I. educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;
- II. educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- III. educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;
- IV. educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:
 - a) técnicos, de nível médio; e
 - b) tecnológicos, de nível superior;
- V. educação superior, abrangendo os seguintes cursos e programas:
 - a) sequenciais;
 - b) de graduação;
 - c) de especialização;
 - d) de mestrado; e,
 - e) de doutorado.

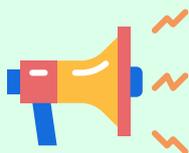
Outro importante instrumento normativo que regula a oferta de EaD no Brasil é a **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei 9.394/2016). Embora enfatize o incentivo ao desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância por parte do poder público, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, **prevê** que o **ensino fundamental** seja **presencial**, de modo que a **EaD** possa ser utilizada somente em **situações emergenciais ou como complementação da aprendizagem**.

A **educação superior** ainda tem se mostrado o grande foco da EaD. Segundo levantamento (Censo 2019) realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), quatro a cada dez ingressantes no ensino superior optaram por realizar cursos na modalidade EaD.

SAIBA MAIS!



Entenda como a EaD pode contribuir para a democratização do ensino nos dias atuais. **Confira aqui** o artigo **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**, de Lucinéia Alves.



O ano de 1904 configura o marco inicial registrado da trajetória histórica da EaD no Brasil.

Constituída de vários períodos históricos, a EaD foi regulamentada somente no século atual pelo **Decreto nº 5.622** de 19 de dezembro de 2005, do Ministério da Educação (MEC), caracterizando-a como:

(...) modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Para acessar o decreto **clique aqui** ou utilize o o QR Code ao lado.



TOME NOTA!



O **Decreto nº 5.622/2005** preconiza a **obrigatoriedade** de a EaD se valer também de momentos presenciais para:

- I. avaliações de estudantes;
- II. estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente;
- III. defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e
- IV. atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso.

No quadro a seguir, você confere a caracterização dos **dois modelos de organização da EaD** reconhecidos por Guarezi e Matos (2012):

Modelo Bimodal (Híbrido)

- Caracteriza-se pelo ensino com parte em forma presencial (com presença física entre professores e alunos no mesmo espaço e no mesmo tempo) e parte em forma virtual ou a distância, mediante o uso de TDICs.
- Os estudantes têm a oportunidade de estabelecer senso de comunidade entre eles, pois podem trocar experiências quando se reúnem face a face nos estudos em sala de aula (Costa, 2017).

Modelo a Distância (Virtual)

- Há o predomínio da virtualidade.
- Professores e estudantes estão afastados fisicamente no espaço e/ou no tempo, o que requer a interação mediante as TDICs.
- Processo colaborativo entre professores e estudantes sem o qual a aprendizagem não se efetiva.

SAIBA MAIS!



Você sabia que as mídias interativas podem se tornar grandes aliadas na diminuição das distâncias na EaD?

Confira aqui o artigo **Tecnologia e Metodologia para uma Educação sem Distância**, de Romero Tori.



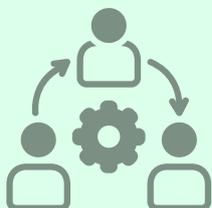
No que se refere à estrutura organizacional, a EaD pode adotar diferentes modelos, resultando nos seguintes tipos de instituições (Moore; Kearsley, 2013):



Instituições com finalidade única: dedicam-se exclusivamente à modalidade de EaD. Trata-se de um modelo mais comum no setor privado. A **Athabasca University (AU)**, no Canadá, é um exemplo de instituição com finalidade única, ofertando diversos cursos em vários programas de graduação e pós-graduação;



Instituições com finalidade dupla: agregam a EaD à educação presencial no processo de ensino e aprendizagem. Adotam o modelo que requer um polo, um centro, um núcleo, uma diretoria ou um departamento de EaD; uma unidade com equipe de administração, de conteúdo e de especialistas com o propósito de promover a EaD. Nesse caso, o corpo docente é formado geralmente pelos professores que pertencem à instituição. **É o caso do IFG**, que oferta vários cursos presenciais, diversos cursos somente na modalidade EaD e possibilita a oferta de cursos presenciais com até 20% da carga horária ministrada na modalidade a distância, seguindo diretrizes do MEC;



Universidades e consórcios virtuais: constituem organizações de várias instituições que formam parcerias para estender o alcance de cada uma. Um exemplo desse tipo de organização é a **Universidade Aberta do Brasil (UAB)**, um consórcio organizado pelo governo federal e as instituições de ensino superior públicas do país.

Muitas instituições que ofertam a EaD requerem uma **estrutura de suporte** aos **momentos presenciais** de ensino, um local de apoio aos estudantes, professores, tutores e técnicos. Essa estrutura **são os polos de apoio presencial** (também denominados polos de EaD), implantados para alcançar estudantes que não conseguem frequentar regularmente o ensino presencial.

TOME NOTA!



Se você deseja ficar por dentro dos eventos, das publicações e de várias outras novidades na área da EaD, acesse os sites da **Associação Brasileira de Educação a Distância** e da **Associação Universidade em Rede** (à qual o IFG está vinculado).

Bases legais da EaD no Brasil

As bases legais que amparam a EaD no Brasil apresentam também um percurso histórico constituído de **leis, decretos e resoluções**, com o propósito de definir os fundamentos dessa modalidade de educação e regulamentar a sua aplicação. Tais bases legais podem ser assim resumidas:

- **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB):** estabelece as bases legais da EaD, contemplando: a definição de educação a distância; suas características e abrangência; a necessidade de credenciamento das instituições que a ofertam; as avaliações, entre outras regras para o seu funcionamento e aplicação.
- **Resolução CNE/CES nº 1 de 03 de abril de 2001:** estabelece normas para a pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu, segundo as quais os cursos a distância só poderiam ser oferecidos por instituições credenciadas pela União.
- **Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005:** regulamenta o Art. 80 da LDB, apresentando critérios para a realização da EaD, definindo o nível de ensino em que ela pode ser implementada, indicando a natureza das avaliações e a realização de cursos por meio de programas de pós-graduação a distância.
- **Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006:** versa sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- **Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007:** altera dispositivos dos Decretos nº 5.622/2005 (que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional) e nº 5.773/2006. Entre as mudanças estabelecidas, estão as diretivas sobre regulação, credenciamento, regras de avaliação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.
- **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017:** apresenta mudança nas permissões de realização de cursos na modalidade EaD que concernem à possibilidade de credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) para cursos de educação a distância sem o credenciamento para cursos presenciais.

Agora que você conhece os principais documentos que constituem as **bases legais** da EaD no Brasil até o ano de publicação deste material, de modo tal que, atualmente, ela tenha o **mesmo respaldo legal que a modalidade de educação presencial**, apresentaremos os principais acontecimentos que marcaram sua trajetória histórica no Brasil.

Breve histórico da EaD no Brasil



A trajetória histórica da EaD no Brasil é **ampla**, e o **primeiro registro remonta a 1904**, quando o Jornal do Brasil exibe anúncio de curso de profissionalização para datilógrafo mediado por correspondência. Portanto, essa modalidade de educação **não é nova**, e as características que a definem ao longo do seu percurso histórico estão ligadas aos variados tipos de TDICs, desde o uso de **correspondências**, do **rádio**, da **televisão**, até o uso frequente da **internet** nos dias atuais.

A seguir, você confere importantes registros históricos que relatam acontecimentos marcantes na história da EaD no nosso país:



1904

O Jornal do Brasil exibe anúncio que oferece profissionalização para datilógrafo mediado por correspondência.



1923

Criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro por um grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto, oferecendo cursos de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia; marco do início da EaD pelo rádio brasileiro.



1934

Instalação da Rádio-Escola Municipal no Rio, projeto criado por Edgard Roquette-Pinto para a então Secretaria Municipal de Educação do Distrito Federal. No processo de ensino e aprendizagem, os estudantes tinham acesso prévio a folhetos e esquemas de aulas, além de também ser utilizada a correspondência para contato com os estudantes.



1939

Surgimento do Instituto Monitor (em São Paulo), o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência – na época ainda com o nome Instituto Radiotécnico Monitor.

Em 1939, a Marinha e o Exército brasileiros utilizavam a EaD (material impresso, via correspondência) na preparação e admissão de oficiais na Escola de Comando do Estado Maior.

Maia e Mattar (2007) identificam os períodos que sucederam esses acontecimentos por décadas, no século XX, assim caracterizadas:

Década de 40

Surgimento do Instituto Universal Brasileiro, em 1941, com a oferta de cursos profissionalizantes, e da Universidade do Ar, no mesmo ano; surgimento da Nova Universidade do Ar, em 1947, patrocinada pelo SENAC, SESC e emissoras associadas, com o objetivo de oferecer cursos comerciais radiofônicos.



Década de 50

Criação de escolas radiofônicas pela Diocese de Natal, no Rio Grande do Norte, em 1959, dando surgimento ao Movimento de Educação de Base (MEB), marco na EaD não formal no Brasil, com o propósito de promover o letramento de jovens e adultos em prol da democratização do acesso à educação.



Década de 60

Fundação da Ocidental School em 1962, em São Paulo, com o foco na área da eletrônica; início das atividades na área de educação pública pelo Instituto Brasileiro de Administração, em 1967, mediante a educação por correspondência; criação do núcleo de Educação a Distância, no mesmo ano, pela Fundação Padre Landell, com metodologia de ensino por correspondência e via rádio.



Década de 70

Surgimento do Projeto Minerva, em 1970, com o objetivo de usar o rádio para a educação e a inclusão social de adultos; início da oferta de cursos das antigas 5ª a 8ª séries, em 1974, pelo Instituto Padre Reus e a TV Ceará, com material televisivo, impresso e mediação por monitores; criação do Sistema Nacional de Teleducação, em 1976, com cursos através de material instrucional; criação de cursos veiculados por jornais e revistas, em 1979, pela Universidade de Brasília.



Década de 80

Fundação do Centro Internacional de Estudos Regulares (CIER), do Colégio Anglo- Americano, em 1981, oferecendo Ensino Fundamental e Médio a distância; desenvolvimento de programas radiofônicos sobre orientação profissional na área de comércio e serviços, denominada “Abrindo Caminhos”, em 1983, pelo SENAC.



Década de 90

Início do programa “Jornal da Educação – Edição do Professor” (concebido e produzido pela Fundação Roquete-Pinto), em 1991; criação da Universidade Aberta de Brasília, em 1992; incorporação do programa “Jornal da Educação – Edição do Professor” à TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC, em 1995, com o nome “Um salto para o Futuro”; criação do Centro Nacional de Educação a Distância, no mesmo ano; fundação da Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação, em 1996, mesmo ano em que são estabelecidas as bases legais da EaD no Brasil mediante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).



Diante das várias fases históricas da EaD apresentadas até aqui, percebe-se que, inicialmente, os **cursos** eram desenvolvidos para a **profissionalização** . Entre as décadas de 1970 e 1980, segundo Alves (2011), fundações privadas e organizações não governamentais ofertaram **cursos supletivos a distância** , no modelo de teleeducação, mediante aulas via satélite, complementadas por kits de materiais impressos. Somente a partir da década de 90 que grande parte das Instituições de Ensino Superior brasileiras se mobilizou para a oferta da educação na modalidade a distância mediante o uso de TDICs. No quadro a seguir, você confere os acontecimentos que influenciaram a atual configuração do ensino a distância no nosso País.

A partir do ano 2000

- **Formação da UniRede** , Rede de Educação Superior a Distância, em 2000, consórcio que reúne instituições públicas do Brasil com o propósito de ofertar cursos de graduação, pós-graduação e extensão;
- Implantação pelo MEC de vários programas para a **formação inicial e continuada de professores** da rede pública, em 2004, mediante a **EaD** ;
- **Criação da Universidade Aberta do Brasil** , em 2005, uma parceria entre o MEC, estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância;
- Regulamentação da EaD pelo **Decreto nº 5.622** de 19 de dezembro de 2005;
- Estabelecimento do **Decreto nº 5.773** , de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância (BRASIL, 2006);
- Instauração do **Decreto nº 6.303** , de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), que altera dispositivos do Decreto nº 5.622/2005;
- **Extinção da Secretaria de Educação a Distância** , em 2011.

SAIBA MAIS!



Leia o artigo **Trajетória da educação a distância no Brasil**: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos, de Joseany Rodrigues Cruz e Daniela da Costa Britto Pereira Lima. Nele, você confere, de maneira cronológica, a evolução histórica da EaD e suas implicações para a democratização da educação no Brasil.



Nem todos os estudiosos concordam com a divisão dos períodos que constituem a trajetória histórica da EaD no Brasil. No entanto, conforme Moore e Kearsley (2007), é possível identificar **cinco** diferentes **gerações** na história dessa modalidade de educação.

Confira no **infográfico** 

Agora que já conhecemos um pouco mais sobre a trajetória da EaD no Brasil até os dias atuais, marcados pelo uso cada vez maior de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem, podemos refletir um pouco sobre o trabalho docente nesse novo **cenário online**.

AS GERAÇÕES DA EAD NO BRASIL

1ª GERAÇÃO



Definida pelo uso da correspondência;

2ª GERAÇÃO



Identificada pela educação mediada pelo rádio e pela televisão;

3ª GERAÇÃO



Caracterizada principalmente pelas universidades abertas;

4ª GERAÇÃO



Marcada pela interação a distância, em tempo real, mediante o uso de áudios e videoconferências, em cursos diversos;

5ª GERAÇÃO



Caracterizada pelo processo de ensino e aprendizagem em universidades virtuais mediado pelas tecnologias da internet.

Docência Online

As tecnologias digitais encontram-se inseridas nas mais diversas esferas do nosso cotidiano. Seja no acesso a serviços públicos e privados, na gestão de recursos financeiros (aplicativos de bancos, carteiras virtuais), no lazer (jogos, redes sociais), tais tecnologias têm facilitado a comunicação e a interação entre as pessoas, e trazido mudanças significativas na nossa percepção de tempo e espaço. No campo da educação, não tem sido diferente. O uso de computadores, recursos audiovisuais, simuladores, entre outras ferramentas tecnológicas, tem sido um imperativo facilitador e imprescindível para o processo de ensino e aprendizagem na contemporaneidade.

TOME NOTA!



Como a EaD é marcada atualmente pelo ensino online, utilizaremos nesta seção a expressão Educação Online para nos referir ao processo de ensino e aprendizagem mediado pelas TDICs para cobrir a distância geográfica e muitas vezes temporal entre alunos, professores e instituições.

A cultura digital e a sua integração na educação formal

Diante das possibilidades de ampliação das ações educativas com uso de recursos digitais, alguns questionamentos sobre a **relação tecnologia e educação** são fundamentais para as ações de educadores e equipe gestora das instituições de ensino que buscam a formação dos estudantes na sua integralidade:



- Qual o papel das mídias digitais na educação nos dias atuais?
- De que forma sua integração na prática educativa pode contribuir para a formação dos estudantes?
- Imersos na cultura digital, é possível inferir que a integração dessas tecnologias no processo educativo já é algo natural, espontâneo?

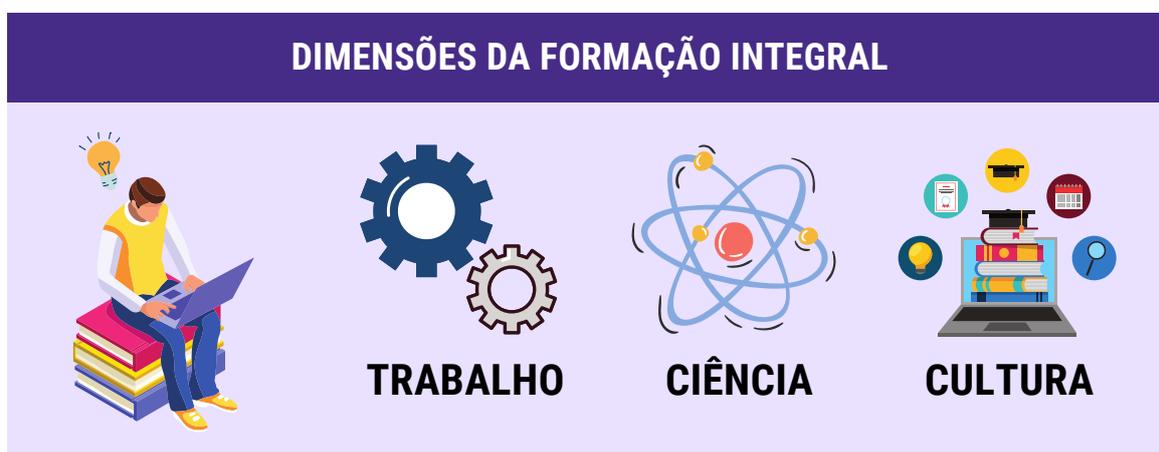
Libâneo (2006) afirma que, para que as instituições de ensino cumpram com a sua função de instância mediadora entre significados, desenvolvimento individual e coletivo dos estudantes e as práticas culturais, é preciso integrar as TDICs sob uma perspectiva de **apropriação da cultura**.

Isso porque a cultura digital representa as linguagens do tempo presente, devendo ser compreendida como parte integrante da cultura humana, configurando papel importante no desenvolvimento e na formação integral dos estudantes.

Para Bianconcini (2016), tanto no âmbito administrativo quanto no pedagógico, é preciso **repensar as estruturas de trabalho e curriculares** de modo que a escola integre o uso das mídias nas práticas pedagógicas, a ponto de tal integração se tornar natural, de uso cotidiano, pelo fato de as mídias já fazerem parte do dia a dia, desde muito cedo, de grande parte da população.

Essa postura se justifica porque a escola é uma instância de mediação cultural entre os significados e as práticas da cultura da sociedade e o desenvolvimento individual e social dos alunos. Por isso, incide nela o intercruzamento de culturas: a cultura científica, a cultura escolar, a cultura social, a cultura dos alunos, a cultura das mídias, entre outras (Libâneo, 2006).

Desse modo, é necessário oportunizar o acesso à cultura digital na educação formal, mas, segundo Santos e Costa (2016), também é necessário fazê-lo com significativo cuidado pedagógico para que não se conduza a um ensino tecnicista que exclui do processo educacional dimensões que devem estar articuladas com a formação integral do educando. Isso significa, portanto, que é preciso se atentar para não restringir o ensino ao uso de recursos educacionais digitais, tampouco excluí-los da organização curricular das formações.



SAIBA MAIS!



Quer saber mais sobre cultura digital na educação formal? **Clique aqui** e assista à Webconferência com Lúcia Dellagnelo, Diretora Presidente do CIEB (Centro de Inovação para a Educação Brasileira).



Agora que já compreendemos que as mídias digitais, ao serem integradas na prática educativa sob a perspectiva de apropriação da cultura, contribuem para a formação integral dos estudantes, vejamos como se estruturam os princípios pedagógicos que regem o trabalho educativo online.

Princípios pedagógicos da docência online

Como a EaD, o desenvolvimento tecnológico cria novas formas de interação e a integração de recursos digitais em rede à prática pedagógica, exigindo do docente uma reflexão sobre o seu papel educativo e uma transformação das suas estratégias didático-pedagógicas. Que tal refletirmos um pouco sobre a sistêmica das mediações humana e tecnológica na educação online?

Primeiramente, é preciso ter ciência, conforme Souza et al. (2008), que a educação online é um processo composto por duas mediações: a **mediação humana** e a **mediação tecnológica**, imbricadas uma na outra:

Mediação Humana



pelo sistema de tutoria, de orientação do processo de ensino e aprendizagem pelo docente.

Mediação Tecnológica



pelo sistema de comunicação que está a serviço da mediação humana, a fim de viabilizar a mediação pedagógica.

Mediação pedagógica

resultante da concepção planejada entre as mediações humana e tecnológica, é potencializada pela convergência digital que disponibiliza acesso e portabilidade por meio de dispositivos de comunicação síncrona e assíncrona cada vez mais integrados, velozes e potentes.

Uma vez que o docente não é mais definido como um repassador ou transmissor de conteúdos, mas como um mediador, ele é o responsável por organizar e dirigir situações de aprendizagem, de modo que a prática docente mediadora assume um papel de coordenação e, ao mesmo tempo, de descentralização da figura do professor. O quadro abaixo apresenta características marcantes da docência online.



O DOCENTE E O SEU PAPEL DE MEDIADOR DA APRENDIZAGEM

- O docente precisa **produzir e orientar atividades didáticas** fundamentais para que os alunos desenvolvam seu processo de aprendizagem, auxiliando-os a sistematizar os processos de produção e assimilação de conhecimentos, **coordenando, problematizando e instaurando o diálogo** (Veiga, 2004).
- Mediação pedagógica é a atitude, o comportamento do professor como um **incentivador** ou **motivador da aprendizagem**, uma ponte entre o aprendiz e a aprendizagem, destacando o diálogo, a troca de experiências, o debate e a proposição de situações (Masetto, 2000).
- É preciso pensar que a docência, de modo geral, **assenta-se sobre a intencionalidade do ato didático**, ou seja, sobre o planejamento e a sistematização do trabalho pedagógico, com o propósito de orientação do processo de aprendizagem do aluno.
- Do mesmo modo, na docência online, o professor **seleciona os conteúdos, define os objetivos** e os **métodos de ensino**, organizando os recursos tecnológicos que devem ser utilizados conforme os conteúdos e os objetivos a serem alcançados.

A mediação tecnológica na educação online



Com as TDICs e o desenvolvimento dos AVEA (Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem), a função mediadora do professor assume novas características pelas possibilidades disponíveis e pelas exigências de configuração do novo espaço virtual.

Nesses ambientes, a mediação ocorre por meio de diversos dispositivos que viabilizam a comunicação, tanto síncrona como assíncrona, possibilitando a criação de diversas estratégias para favorecer o diálogo e a participação ativa dos estudantes (SARTORI; ROESLER, 2005).

TOME NOTA!



Na **educação online**, os **recursos digitais** disponíveis em rede têm considerável **influência** na organização educativa do planejamento e na **preparação do material didático-pedagógico**, que envolve um processo de adaptação dos conteúdos às especificidades dos meios midiáticos.

As **TDICs** utilizadas na educação online oferecem diversas **linguagens que colaboram para a aprendizagem**, como as linguagens **oral, escrita, audiovisual e multimidiática**, que estão presentes de modo a facilitar o processo de ensino e aprendizagem a distância. A utilização dos recursos comunicativos implica a aquisição de habilidades e competências comunicativas por parte de todos, docentes e discentes, além de desencadear mais atenção à criação de momentos de **interação** e de possibilidades de execução de **trabalhos colaborativos**, com os quais a aprendizagem ocorre de modo participativo.

Para isso, o docente conta com dispositivos de comunicação, como **chats, fóruns, blogs, videoblogs**, entre outros, que exigem habilidades mediadoras diferenciadas e propiciam diferentes estratégias pedagógicas que requerem **participação em tempo real ou não**, possibilitando a expressão, a intervenção e a colaboração para a **construção coletiva do conhecimento**. Assim, é preciso que o docente planeje como e em que momento cada um dos dispositivos será utilizado para que a mediação aconteça em prol do **alcance dos seus objetivos educativos**.

A avaliação da aprendizagem na educação online



Na educação online, a avaliação da aprendizagem desempenha papel de suma importância e, por isso, não pode ser feita isoladamente do processo de ensino, sem acompanhamento, por meio de um único questionário de perguntas e respostas ao final do processo.

Ao contrário, ela deve ser contínua, mediante um retorno rápido e dialógico dos resultados apresentados ao longo do processo, considerando a participação do aluno, suas dúvidas, comentários, críticas e atitudes em relação aos conteúdos abordados.

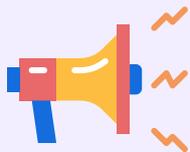
Assim, na educação online, a avaliação assume caráter formativo e se constitui um caminho a ser trilhado na construção e reflexão do conhecimento, por possibilitar o acompanhamento das participações dos alunos nas atividades propostas pelo curso (mediante os registros deixados nas diferentes ferramentas disponibilizadas no ambiente virtual do curso), oferecendo vantagens como: feedback imediato, flexibilidade na data de realização e entrega das atividades, respeito ao ritmo individual do aluno, entre outros fatores. Confira algumas dicas para o planejamento das avaliações.



PLANEJAMENTO DAS AVALIAÇÕES NA EDUCAÇÃO ONLINE

- Incluir **pequenas atividades ao longo do curso** que incentivem a revisão dos conteúdos.
- Quanto mais **diversificados** forem os **meios avaliativos**, mais oportunidades de conhecimento serão disponibilizadas aos alunos.
- **Avaliações dinâmicas e interativas** são consideradas desafio para muitos docentes e, por isso, podem ser realizadas mediante aplicação de testes on-line, como questionários cujas respostas podem ser enviadas por formulários para o professor, e análise dos comentários do aluno postados em **fóruns** ou **chats**, armazenados no ambiente virtual durante todo o curso.





O vínculo que o docente estabelece com o aluno pode ser um elemento impulsionador da aprendizagem na EaD

Ao se perceber agente importante no processo, em geral, o discente demonstra mais motivação para participar e desenvolver as atividades. Segundo Veiga (2004), a relação pedagógica é um encontro de pessoas, com seus anseios e aspirações. Assim, um conjunto de interações afetivas está sempre presente, mesmo no modo virtual. Ao contrário, pode-se levar a um sentimento de solidão e isolamento não favorável à aprendizagem.

SAIBA MAIS!



Clique aqui e confira a entrevista realizada com a professora Cláudia Helena do IFG no programa Matutando, em que a docente faz um apanhado geral sobre o trabalho pedagógico na educação online.



E então, você gostaria de saber como as tecnologias digitais podem contribuir com a mediação docente online? A seguir, apresentaremos alguns recursos e ferramentas digitais disponíveis na plataforma *Moodle* que podem mediar o trabalho educativo do professor.

Recursos e atividades do Moodle para a mediação docente

O ambiente virtual Moodle é baseado em um Banco de Dados no qual é armazenado todo o conteúdo do curso, a partir de informações declarativas e processadas por um sistema genérico. Assim, o professor pode realizar a avaliação formativa mediante o acompanhamento da participação do aluno nas atividades propostas pelo curso.

No Moodle, o professor dispõe de vários recursos que fornecem a base do conteúdo que contribuirá para o aprendizado do aluno. Dentre eles, podemos citar o Livro, a Página de web, o Arquivo, o Diretório de arquivos, a URL, a Pesquisa de opinião, entre outros.



RECURSOS DO MOODLE QUE PODEM CONTRIBUIR COM A MEDIAÇÃO DOCENTE ONLINE

Livro: possibilita ao professor elaborar temas com diversas páginas em formato de livro, com capítulos e sub-capítulos. É um excelente recurso para a organização e a sistematização do conteúdo.



Página de web: permite a criação de página na web. Com este recurso, o professor pode criar uma página, que ficará disponível na sala do Moodle, para os alunos acessarem com um clique.

Arquivo: viabiliza anexar documentos em diversos formatos para o acesso dos alunos. Ótimo recurso para a disponibilização de materiais aos alunos.



Pasta: possibilita efetuar a exibição de vários arquivos relativos ao tema proposto em uma única pasta, otimizando o acesso aos dados. Assim como o recurso Livro, é excelente para a organização do conteúdo. Com ele, o professor pode reunir vários arquivos e agrupá-los em uma única pasta.

URL: permite inserir um endereço na internet ou informação relacionada ao assunto para o acesso dos alunos. Com ela, o professor pode indicar vídeos explicativos, entrevistas, entre outros materiais, mediante a inserção de um link. É um recurso prático e muito útil para o acesso a conteúdos diversos.



Pesquisa: permite a criação de uma pesquisa personalizada para obter o feedback dos estudantes. No formulário de pesquisa, podem ser inseridas questões de múltipla escolha, sim ou não, e até questões dissertativas. Ótimo recurso para o professor propor aos alunos uma autoavaliação e também uma avaliação das suas aulas, do seu curso, a fim de analisar as suas estratégias de ensino para o alcance dos seus objetivos. No Moodle, a ferramenta pesquisa pode ser encontrada no espaço das atividades.

Para mais informações sobre os recursos do Moodle, acesse: <http://guiaead.ifg.edu.br>

Viu só quantos recursos disponíveis no Moodle para contribuir com a mediação docente online? Estes são apenas alguns; há ainda muitos outros. Com eles, você pode perceber como é fácil, prático e eficaz disponibilizar o conteúdo do curso para o aluno!

Além dos recursos, o professor dispõe ainda de atividades no Moodle que podem ser utilizadas para verificar a aprendizagem dos alunos, fazendo uma avaliação formativa e contínua. Dentre as várias atividades, podemos citar o Chat, o Fórum, o Questionário, o Glossário, o Jogo Palavras-cruzadas, a Lição, a Tarefa, entre outras.



ATIVIDADES DO MOODLE E SUAS CARACTERÍSTICAS

Chat

Ferramenta de comunicação que permite professores e alunos conversarem em tempo real. Com ela, os alunos podem tirar suas dúvidas com o professor e também discutir entre si sobre algum assunto.



Fórum

Ferramenta de comunicação entre alunos e professores e entre os próprios alunos, visando ao esclarecimento de dúvidas, à discussão do conteúdo, possibilitando o uso de arquivos anexos em vários formatos. Diferentemente do Chat, o Fórum é uma atividade assíncrona, bastante indicada para as situações em que alunos e professores não podem conversar no mesmo horário.

Questionário

Atividade que permite a criação e a configuração de questões de vários tipos, como múltipla escolha, verdadeiro ou falso, correspondência, resposta curta, entre outras. Com ela, o professor pode realizar provas (com respostas imediatas de erros e acertos), pequenos testes, entre outros tipos de questionários.



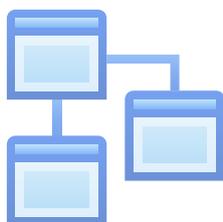
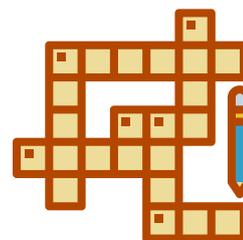


Glossário

Ferramenta que possibilita a consulta e a inserção de termos e suas respectivas definições, possibilitando a criação de links para que os itens constituintes dessa ferramenta sejam identificados no material disponibilizado pelo curso. Com ela, é possível complementar as definições com textos, imagens e até arquivos anexados.

Jogo Palavras-cruzadas

Atividade que possibilita a criação de um jogo de palavras cruzadas a partir de palavras de um Glossário ou de questões do tipo "resposta curta". Com este jogo, o professor pode verificar a aprendizagem do conteúdo de forma lúdica e dinâmica.

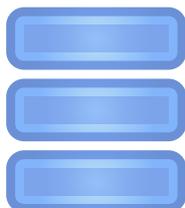


Lição

Ferramenta que constitui o resultado prático da aula ministrada, possibilitando a inclusão do conteúdo lecionado com questões a serem respondidas. Consiste em um determinado número de páginas que se finalizam com uma questão e múltiplas respostas. Ao assinalar a resposta correta, o aluno prossegue para a página adiante; ao assinalar uma resposta incorreta, ele é levado à página anterior. É uma excelente atividade para a apresentação gradativa do conteúdo e a verificação imediata da aprendizagem.

Tarefa

Ferramenta que permite o envio e o recebimento de atividades através de arquivos externos visualizados somente pelo professor. Com ela, o professor pode enviar suas propostas de trabalhos e definir um período específico para recebê-los em forma de texto on-line ou arquivo digital.



Base de dados

Permite que os participantes criem, mantenham e procurem registros. A estrutura das entradas é definida pelo professor, que pode definir os tipos de campo, que incluem: caixa de seleção, botões de rádio, menu dropdown, área de texto, URL, imagens e até arquivos. Além de muito versátil, a base de dados é uma excelente atividade colaborativa.

Para mais informações sobre as atividades do Moodle, acesse: <http://guiaead.ifg.edu.br>

SAIBA MAIS!



Quer aprender mais sobre como as **tecnologias digitais** podem contribuir para a **medição** docente na **educação online**? Conheça os materiais didáticos relacionados ao tema disponíveis na página do Instituto Federal de Goiás. Acesse: <https://www.ifg.edu.br/ere>

*Diante de tantos recursos e atividades digitais disponíveis no Moodle, você viu quanta coisa o professor pode usar para tornar a sua prática pedagógica **dinâmica, interativa e interessante** na docência online?*

Seja você também um adepto dessa modalidade de ensino e aprendizagem que vem ganhando o seu merecido valor e reconhecimento por todo o mundo!



Referências

ALVES, L. **Educação a distância:** conceitos e história no Brasil e no mundo. In: Associação Brasileira de Educação a Distância, v. 10, 2011. p. 83-92.

BIANCONCINI, M. E. T. M. **A relevância da integração das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação ao currículo na Educação Superior.** Palestra proferida no Seminário Internacional de Educação a Distância em 17/03/2016. Disponível em <<https://www.fe.unicamp.br/seminarioead/>> Acesso em 22/05/16.

BRASIL. **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o artigo 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5622.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 10 maio 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto 6.303 de 12 de dezembro de 2007.** Altera dispositivos dos Decretos nos 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, DF, 13 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5773.htm>. Acesso em: 10 set. 2010.

BRASIL. **Resolução CNE/CES Nº 1/01**. Brasília, DF, 03 abr. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/CES0101.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 13 set. 2020.

COSTA, A. R. da. **A educação a distância no Brasil: concepções, histórico e bases legais**. In: Revista Científica da FASETE, v. 1, 2017. p. 59-74.

CRUZ, J. R.; LIMA, D. da C. B. P. **Trajetória da educação a distância no Brasil: políticas, programas e ações nos últimos 40 anos**. Jornal de Políticas Educacionais. V. 13, n. 13. Abril de 2019.

GUAREZI, R. de C. M.; MATOS, M. M. de. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Cultura jovem, mídias e escola: o que muda no trabalho dos professores**. Revista Educativa, Goiânia, v. 9, n. 1, p. 25-46, jan./jun. 2006.

MAIA, C.; MATTAR, J. A. **ABC da EaD: a Educação a Distância hoje**. 1ª ed. São Paulo: Pearson, 2007.

MASETTO, M. T. **Mediação pedagógica e o uso da tecnologia**. In: MORAN, J. M.; MASETTO M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papyrus, 2000. p. 133-173.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Cengage Learning, 2007. Educação a Distância: sistemas de aprendizagem online. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância**. 2002. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2016.

SANTOS, J. C.; COSTA, R. L. Processos educacionais a distância: a articulação entre os ensino presencial e online. In: SIED: Simpósio Internacional de Educação a Distância; EnPED: Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância. 2016, p.1-11.

SARTORI, A.; ROESLER, J. **Educação superior a distância.** Gestão da aprendizagem e da produção de materiais didáticos impressos e online. Tubarão: Unisul, 2005.

SOUZA, A. R. B. de; SARTORI, A. S.; ROESLER, J. **Mediação pedagógica na educação a distância:** entre enunciados teóricos e práticas construídas. In: Rev. Diálogo Educ. Curitiba, v. 8, n.24, p. 327-339, maio. 2008.

TORI, R. **Tecnologia e metodologia para uma educação sem distância.** EMREDE. Revista Educação a Distância. v. 2. n. 2. p. 44-55, 2015.

VEIGA, I. P. A. **As dimensões do processo didático na ação docente.** In: ROMANOWSKY, Joana P.; MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. (Org.). XII ENDIPE - Conhecimento local e conhecimento universal: pesquisa, didática e ação docente. Curitiba: Champagnat, 2004. p. 57-81.

Ficha técnica

Autora: Cleiliane Sisi Peixoto

Revisor Midiático-Pedagógico: Rebeca Elster Rubim e Felipe Guimarães Maciel

Revisor Técnico-Científico: Rebeca Elster Rubim e Felipe Guimarães Maciel

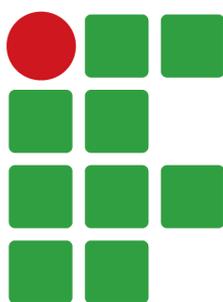
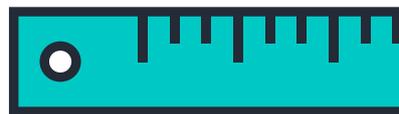
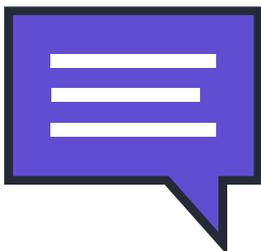
Desenhista Educacional: Cláudia Caetano Gonçalves Mendes Lima e Milton Ferreira de Azara Filho

Diagramação: Cláudia Caetano Gonçalves Mendes Lima e Milton Ferreira de Azara Filho

Software: Canva (<https://www.canva.com>)

Infográficos: Canva

Ilustrações: Canva e Moodle



INSTITUTO FEDERAL

Goiás

Diretoria de
Educação a Distância

